ECO 101 Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 15.484.093/0001-44 - NIRE 32.300.032.656

Relatório da Administração 2022

Introdução: A Administração da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2021. **Companhia:** A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia está localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES. Em 17 de abril de 2013, a Eco101 assinou o Contrato de Concessão para exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. A rodovia leva a cinco importantes portos: de Vitória, de Tubarão e da Barra do Riacho no Espírito Santo, o do Açu, no Rio de Janeiro e o de Ilhéus, na Bahia. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as de Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano. Relicitação: Em 15 de julho de 2022, a Companhia protocolou, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, que compreende a extinção amigável do Contrato de Concessão e a celebração de um Termo Aditivo com novas condições contratuais até a nova licitação do empreendimento, referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado com a ANTT, nos termos da Lei nº 13.448/2007, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019. A Companhia reitera que todos os serviços continuarão a ser prestados normalmente, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA. O requerimento apresentado pela Concessionária teve a sua viabilidade atestada pela decisão nº 361/2022 da Diretoria Colegiada da ANTT e aprovações pelo Ministério da Infraestrutura (Portaria nº 1.649/2022) e pelo Conselho do Programa de Parcerias em Investimentos do Governo Federal ("PPI") (Resolução CPPI nº 263/2022 - ad referendum). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, aguarda-se a publicação do Decreto Presidencial que autorize a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, iniciando-se o prazo de 90 dias para a sua assinatura. A adesão ao processo de relicitação somente se tornará irrevogável e irretratável após cumpridos os procedimentos previstos nos artigos 3º a 6º do Decreto nº 9.957/2019 e a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão prevista no art. 15, da lei 13.448/2017. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Eco101 agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Destaques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 57.340 mil veículos equivalentes pagantes em 2022, aumento de 5,4% em relação ao ano anterior. A receita líquida atingiu R$494,7 milhões em 2022 (+16,0%). A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R$210,5 milhões em 2022 (+14,2%). O EBITDA ajustado[2] totalizou R$85,1 milhões em 2022 (+31,9%) e a margem EBITDA[2] Ajustada, 40,4%.

Destaques (em milhões de R$)	2022	2021	Var.
Volume de tráfego[1]	57.340	54.392	5,4%
Tarifa Média	3,91	3,61	8,6%
Receita líquida	494,7	426,6	16,0%
EBITDA Ajustado[2]	85,1	64,5	31,9%
Margem EBITDA Ajustada[2]	40,4%	35,0%	5,4 p.p.
Capex	346,1	260,8	32,7%

1) Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

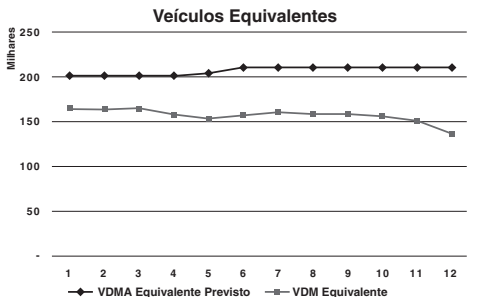
2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para manutenção

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 57.340 mil em 2022, aumento de 5,4% em relação a 2021. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 4,6% devido à flexibilização das regras de isolamento social no combate à Covid-19 em função da evolução dos programas e campanhas de vacinação. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 5,7% influenciado pelo ciclo de celulose da região.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2022	2021	Var.
Leves	16.803	16.057	4,6%
Pesados	40.537	38.335	5,7%
Total	57.340	54.392	5,4%

Nota: Veiculo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2022, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 8,6% em 2022. Em abril de 2022, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Eco101 com aumento de 13,9% devido, principalmente, à variação do IPCA.

Tarifa Média (em R$)	2022	2021	Var.
Eco101	3,91	3,61	8,6%

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2022.

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R$)													
Praça de Pedágio	Categoria de veículo												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Especial
P1 KM 0,8	3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85	25,90	29,60	33,30	37,00
P2 KM 85,8	4,90	9,80	7,35	14,70	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45	34,30	39,20	44,10	49,00
P3 KM 171,7	4,60	9,20	6,90	13,80	9,20	18,40	23,00	27,60	2,30	32,20	36,80	41,40	46,00
P4 KM 242	4,50	9,00	6,75	13,50	9,00	18,00	22,50	27,00	2,25	31,50	36,00	40,50	45,00
P5 KM 320,8	4,60	9,20	6,90	13,80	9,20	18,40	23,00	27,60	2,30	32,20	36,80	41,40	46,00
P6 KM 398,9	3,90	7,80	5,85	11,70	7,80	15,60	19,50	23,40	1,95	27,30	31,20	35,10	39,00
P7 KM 452	2,10	4,20	3,15	6,30	4,20	8,40	10,50	12,60	1,05	14,70	16,80	18,90	21,00

Receita bruta: A receita bruta totalizou R$514,2 milhões em 2022, aumento de 15,9% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R$19,5 milhões, aumento de 14,3% em relação a 2021. **Receitas de Pedágio:** R$224,7 milhões em 2022, aumento de 14,3% devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. **Receitas Acessórias:** R$5,2 milhões em 2022, aumento de 11,3%, em função do incremento dos contratos de uso da faixa de domínio. **Receita de Construção:** R$284,3 milhões em 2022, aumento de 17,3% devido ao maior volume de obras no período. O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R$3.779,0 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

Receita Bruta (em milhões de R$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Receitas de Pedágio	224,7	196,6	1.449,9
Receitas Acessórias	5,2	4,7	33,3
Receita de Construção	284,3	242,2	1.338,1
Total	514,2	443,6	2.821,3

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 20 da Demonstração Financeira da Companhia. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R$503,6 milhões em 2022, aumento de 11,9% em relação a 2021. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R$125,4 milhões, aumento de 4,5%. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R$)	2022	2021	Var.
Pessoal	29,9	26,4	13,5%
Conservação e manutenção	21,4	19,4	10,4%
Serviços de terceiros	32,5	31,4	3,5%
Seguros, Poder Concedente e locações	12,3	10,7	14,7%
Outros	29,2	32,0	-8,8%
Custos caixa	**125,4**	**120,0**	**4,5%**
Depreciação e amortização	65,7	55,7	17,9%
Provisão para manutenção	28,3	32,2	-12,2%
Custo de construção de obras	284,3	242,2	17,3%
TOTAL	503,6	450,1	11,9%

Pessoal: R$29,9 milhões em 2022, aumento de R$3,6 milhões (+13,5%) devido, principalmente, à provisão de custos com reclamações trabalhistas e participação nos resultados (PLR). **Conservação e manutenção:** R$21,4 milhões em 2022, aumento de R$2,0 milhões (+10,4%), principalmente em função dos custos com sistemas de controle de velocidade e conservação e revestimento vegetal. **Serviços de terceiros:** R$32,5 milhões em 2022, aumento de R$1,1 milhão (+3,5%), devido, principalmente, ao aumento de custos com resgates e remoções **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R$12,3 milhões em 2022, aumento de R$1,6 milhão (+14,7%), devido principalmente, ao reajuste da taxa de fiscalização paga ao Poder Concedente. **Outros:** R$29,2 milhões em 2022, redução de R$2,8 milhões (-8,8%) devido, principalmente, à diminuição na provisão para multas administrativas. **Depreciação e Amortização:** R$65,7 milhões em 2022, aumento de R$10,0 milhões (+17,9%), devido ao incremento da base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis. **Provisão para manutenção:** R$28,3 milhões em 2022, redução de R$3,9 milhões (-12,2%) devido à readequação do cronograma de provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações de pavimentos. **Custo de construção de obras**: R$284,3 milhões em 2022, aumento de R$42,0 milhões (+17,3%), devido ao maior volume de obras no exercício. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R$2.506,3 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Custos	503,6	450,1	1.552,6

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA: Em 2022, o EBITDA[1] totalizou R$56,8 milhões. O EBITDA ajustado[3], excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R$85,1 milhões (margem EBITDA ajustada de 40,4%), aumento de 31,9% em relação a 2021.

EBITDA (em milhões de R$)	2022	2021	Var.
Prejuízo do Exercício	(37,4)	(54,5)	-31,3%
Depreciação e amortização	65,7	55,7	17,9%
Resultado Financeiro	28,6	30,2	-5,3%
Imposto de renda e contribuição social	(0,0)	0,9	-104,9%
Receita de Construção	284,3	242,2	17,3%
Custo de Construção	(284,3)	(242,2)	17,3%
EBITDA[1]	56,8	32,3	75,8%
Margem EBITDA[1]	11,5%	7,6%	3,9 p.p.
Provisão para manutenção[2]	28,3	32,2	-12,2%
EBITDA Ajustado[3]	85,1	64,5	31,9%
Margem EBITDA Ajustada[3]	40,4%	35,0%	5,4 p.p.

[1] Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

[2] A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

[3] Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido foi negativo em R$28,6 milhões, o que representa redução das depesas financeiras no montante de 5,3% em relação a 2021. Esse impacto ocorreu devido, principalmente, ao aumento dos juros capitalizados registrado na linha de outros efeitos financeiros e ao aumento da receita de aplicações financeiras.

Resultado Financeiro (em milhares de R$)	2022	2021	Var.
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(32,5)	(31,2)	4,2%
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(2,5)	-	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(8,6)	(5,0)	72,0%
Receitas de aplicações financeiras	4,7	1,7	178,5%
Outros efeitos financeiros	10,4	4,4	137,7%
TOTAL	(28,6)	(30,2)	-5,3%

Prejuízo do Exercício: Em 2022, a Eco101 apresentou prejuízo de R$37,4 milhões. **Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A Eco101 encerrou o exercício de 2022 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no montante de R$39,2 milhões e dívida bruta, composta por empréstimos e financiamentos de R$327,9 milhões, sendo 88,7% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R$0,7 milhão e o saldo com arrendamentos a pagar era de R$23,2 milhões. A dívida líquida encerrou o ano em R$288,7 milhões e o indicador de Dívida Liquida/EBITDA Ajustado atingiu 3,4x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, e 18 da Demonstrações Financeira da Companhia.

Endividamento (em milhões de R$)	31/12/2022	31/12/2021	Var.
Curto Prazo	**37,1**	**33,9**	**9,5%**
Empréstimos e financiamentos	37,1	33,9	9,5%
Longo Prazo	**290,8**	**324,1**	**-10,3%**
Empréstimos e financiamentos	290,8	324,1	-10,3%
Dívida Bruta[1]	327,9	358,0	-8,4%
Obrigações com Poder Concedente	0,7	0,6	11,3%
Arrendamentos a Pagar	23,2	1,1	n.m.
Endividamento Bruto	351,8	359,7	-2,2%
Caixa e equivalentes de caixa / Aplic. Financeiras / Conta Reserva	39,2	45,5	-13,7%
Endividamento Líquido	312,6	314,2	-0,5%
Dívida Líquida[1]	288,7	312,5	-7,6%

1) Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.

Investimentos: Os investimentos totalizaram R$346,1 milhões em 2022. Os principais investimentos ocorreram nas duplicações e recuperação de pavimentos.

CAPEX (em milhões de R$)	2022		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Eco101	312,1	34,1	346,1

CAPEX (em milhões de R$)	2022	2021	2020
Hardware e equipamentos de pedágio	2,7	2,8	1,7
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	0,7	2,1	0,3
Contrato de concessão	54,1	109,1	68,2
Intangível em andamento	288,4	145,6	144,7
Software de terceiros	0,2	1,2	0,3
Capex Total	346,1	260,8	215,2

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Intangível	342,7	255,9	1.518,1
Imobilizado	3,4	4,9	53,8
Investimentos totais	346,1	260,8	1.571,8

Valor Adicionado: Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R$47,7 milhões, isto é, 9,3% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 3,9 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R$23,9 milhões e a representatividade de 5,4%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R$)	2022	2021	Var.
Valor adicionado líquido	47,7	23,9	99,1%
Receita operacional bruta	514,2	443,6	15,9%
Representatividade	9,3%	5,4%	3,9 p.p.

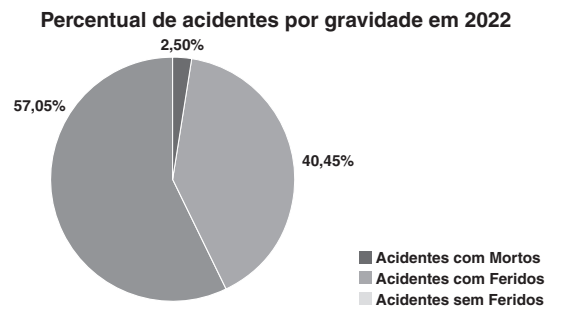
O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2022 foi de R$11,0 milhões.

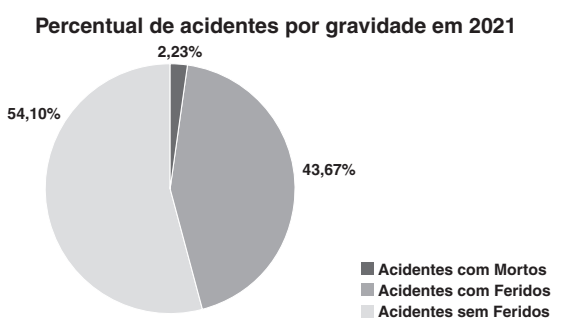
Impostos Municipais repassados (em milhões de R$)	2022	2021	Acumulado até 2020
ISS - Imposto Sobre Serviço	11,0	9,6	70,9

Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram pagos valores a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores. **Planejamento e Gestão empresarial:** O êxito que as concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. A Companhia, desde a assunção do Contrato de Concessão, desenvolve seu Sistema de Gestão Integrado alicerçado nos requisitos das Normas: ISO 9001; ISO 9004; ISO 14001 e OHSAS 18001; tendo em maio/2015 realizado a primeira auditoria interna e submetido à ANTT, seu Manual de Gestão. Investindo na evolução do seu Sistema de Gestão Integrado, a Eco101 desde outubro de 2017, tem mantido para todos os seus processos e sites, as certificações nas normas: ISO 9001:2008, ISO 14001:2008 e OHSAS 18001:2017 com o seguinte escopo: "Atividades de administração de serviços em rodovia incluindo: Todas as atividades de conservação de rotina, projetos e gestão de obras, operação, manutenção, pedágio, assistência ao usuário, inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar, serviço de pesagem e serviço mecânico". Estas certificações confirmam o compromisso da Eco101 com o desenvolvimento sustentado do negócio e o alinhamento de sua gestão às melhores práticas de mercado. **Recursos Humanos:** Em 2022, a Companhia investiu R$64,8 mil (R$71,5 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológicas e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento e de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2022. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)x10.000
Gerente de atendimento ao usuário	1	0,06
Coordenador de tráfego	1	0,06
Supervisor de tráfego	2	0,13
Analista de tráfego	3	0,19
Fiscal faixa de domínio	1	0,06
Analista de faixa de domínio	3	0,19
Líder Operações Rodoviárias	2	0,13
Operador de CCO	20	1,27
Operador de balança e serviços	57	3,63
Operador de tráfego	52	3,31
Guincho leve	54	3,44
Guincho pesado	25	1,59
Coordenador de guincho	2	0,13
Médico	31	1,97
Condutor	50	3,18
Resgatista	26	1,66
Enfermeiro	25	1,59
Técnico de enfermagem	37	2,36
Coordenador médico	2	0,13
Total de Pessoal - Operacional	394	25,08
Coordenador de pedágio	1	0,06
Supervisor de pedágio	1	0,06
Controlador de sistema rodoviário	10	0,64
Arrecadador	168	10,69
Assistente de pedágio	7	0,45
Total de Pessoal - Pedágio	187	11,90
Total de Pessoal - Concessionária	581	36,98

Indicadores Operacionais: *Segurança no Trânsito: Acidentes:* Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



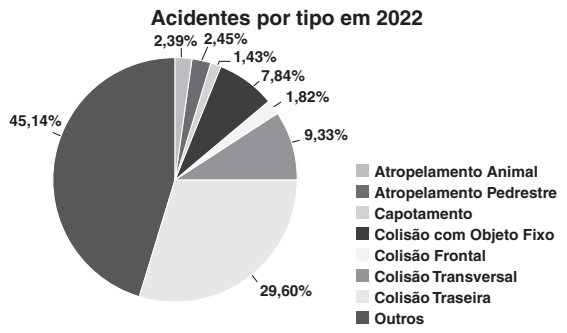


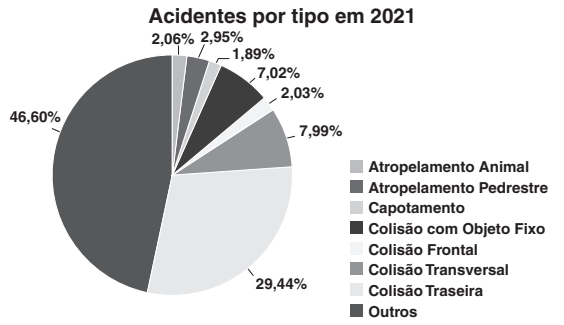
continua

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 17/03/2023**
Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB
Acesse: https://verificador.iti.gov.br/ caso deseje validar a assinatura!

continuação

A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.





Dados de Operação da Concessão: *Veículos Alocados:* Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados exercício de 2022. Para facilitar a interpretação e a comparação das informações entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da concessão e multiplicada por 100, visto que o resultado da divisão de veículos pela extensão da concessão é irrisório. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	**Qtde**	**Qtde/100 km**
Viatura de inspeção	12	2,51
Guincho leve	12	2,51
Guincho pesado	3	0,63
Guincho super pesado	3	0,63
Ambulância Tipo C	8	1,67
Ambulância Tipo D - UTI	4	0,84
Total de veículos operacionais	**42**	**8,77**
Administração	29	6,06
Pedágio	1	0,21
Caminhão pipa	3	0,63
Caminhão boiadeiro	3	0,63
Segurança do trabalho	1	0,21
Manutenção	3	0,63
Faixa de domínio	1	0,21
Total de veículos de apoio	**41**	**8,56**
Total de veículos aplicados na concessão	**83**	**17,34**

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	478,7 km
Número de veículos que transitaram	Leve: 17.219.128
	+2 eixos: 7.237.907
	+3 eixos: 5.325.304
Tarifa	Verificar abertura na tabela de tarifas
Número de praças de pedágio	7 (sete)
Número de quilômetros mantidos	478,7 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	Cat 1: 44.025 mil
	Cat 2: 11.752 mil
	Cat 3: 486 mil
	Cat 4: 15.720 mil
	Cat 5: 148 mil
	Cat 6: 14.697 mil
	Cat 7: 12.358 mil
	Cat 8: 34.013 mil
	Cat 9: 1.376 mil
	Outros : 22.522 mil
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	157.097 mil
Equipes utilizadas pela concessionária	Conforme tabela Funcionários alocados na Concessão
Índices de qualidade de estrada	Deflexão característica (DC)
	Flecha na trilha de roda
	Índice de condição do pavimento (ICP)
	Índice de Gravidade Global (IGG)
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)
	Índice de retrorrefletância
	Trincamento (TR)
	Valor de resistência a derrapagem (VRD)
	Macrotextura
Receita de pedágio em 2022	R$ 224,7 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2022	R$ 219,3 milhões
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	581 funcionários
Despesas com pessoal em 2022	R$ 29,9 milhões
Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2022	R$ 65,7 milhões
Ativo líquido	R$ 39,2 milhões
Ativo bruto	R$ 1.720,9 milhões
Série histórica de investimentos até 2022	R$ 2.178,8 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2022	8,47%
Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2022	R$ 20,1 milhões
Despesas com manutenção em 2022	R$ 21,4 milhões
Outras despesas	R$ 29,2 milhões
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 2.075
	Com feridos: 1.471
	Com mortos: 91
Indicadores	
Tarifa média	R$ 3,91
Custo por veículo ou km	R$ 3,83

Balanço Social

1 - Base de cálculo	2022 Valor em R$ mil	2021 Valor em R$ mil
Faturamento Bruto	514.153	443.580
Receita líquida (RL)	494.703	426.558
Resultado Operacional (RO)	-8.883	-23.392
Folha de Pagamento bruta (FPB)	29.922	26.366
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	29.922	26.366
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-	-

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.890	10%	1%	2.716	10%	1%
Encargos sociais	4.680	16%	1%	4.245	16%	1%
Previdência privada	293	1%	0%	225	1%	0%
Saúde	2.981	10%	1%	2.812	11%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	23	0%	0%	28	0%	0%
Educação	50	0%	0%	28	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	-	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	65	0%	0%	72	0%	0%
Creches ou auxílio creche	98	0%	0%	77	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.695	6%	0%	1.123	4%	0%
Outros	-	0%	0%	-	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	**12.775**	**43%**	**3%**	**11.326**	**43%**	**3%**

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	0%	0%	-	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	-	0%	0%
Saúde e saneamento	-	0%	0%	-	0%	0%
Esporte	-	0%	0%	5	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0%	0%	-	0%	0%
Outros	5	0%	0%	-	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	**5**	**0%**	**0%**	**5**	**0%**	**0%**
Tributos (Exceto encargos sociais)	-	0%	0%	-	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	**5**	**0%**	**0%**	**5**	**0%**	**0%**

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	2726	9%	1%	3228	12%	1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	577	2%	0%	731	3%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	**3.303**	**11%**	**1%**	**3.959**	**15%**	**1%**

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%	(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	390	611
Tempo de serviço	1,5% até seis meses 9,2% de seis meses a um ano 19,5% entre um e dois anos 26,7% entre dois e cinco anos 43,1% mais de cinco anos	4% até seis meses 16% de seis meses a um ano 14% entre um e dois anos 34% entre dois e cinco anos 31% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	62	87
Nº de demissões durante o período	90	82
Nº de colaboradores terceirizados	1.151	-
Nº de estagiários (as)	-	-
Nº de colaboradores com até 18 anos	12	14
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	52	70
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	290	308
Nº de colaboradores acima de 45 anos	36	32
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	223	230
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	0,0
Remuneração paga a mulheres no período	6.473.126	5.791.881
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	185	171
% de cargos gerenciais ocupados por negros	-	-
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	13	13
Total de horas extras trabalhadas	76.015	62.637
Total de horas extras pagas	628.313	553.823
Total de INSS pagos	3.504	3.124
Total de FGTS pago	1.177	1.121
Total de Contribuição Sindical paga	187	295
Total de demais encargos sociais pagos	-	-
Total de ICMS recolhidos no período	-	-
Total de IR recolhido no período	-	588
Total de CSLL recolhidos no período	-	233
Total de PIS recolhidos no período	31	13
Total de COFINS recolhidos no período	190	78
Total de outros tributos recolhidos no período	10.987	9.615

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	99,00%	97,20%
Número total de acidentes de trabalho	5	9
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	89,0% na Concessionária 0% no PROCON 11,0% na Justiça	86,9% na Concessionária 0,9% no PROCON 12,2% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	40,6% governo -78,5% acionistas 62,8% colaboradores 75,2% terceiros	68,0% governo -203,6% acionistas 102,6% colaboradores 133,0% terceiros

Relacionamento com os Auditores Independentes: Informamos que a PricewhaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity).* Os honorários relativos ao exercício de 2022 totalizaram R$110,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

Declaração da Diretoria: A Diretoria da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewhaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

Serra - ES, 15 de março de 2023.

A Administração

Balanço Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/22	31/12/21
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.592	24.854
Aplicações financeiras	6	313	944
Aplicações financeiras - conta reserva	7	3.897	3.740
Clientes	8	12.429	10.731
Tributos a recuperar		914	394
Despesas antecipadas		1.601	517
Partes relacionadas	15	-	310
Adiantamento a fornecedores		5.121	4.497
Outros créditos		9.904	272
Total do ativo circulante		52.771	46.259
Não Circulante			
Aplicações financeiras - conta reserva	7	16.438	15.915
Depósitos judiciais	9	1.227	1.205
Despesas antecipadas		-	-
Imobilizado	10	13.406	13.704
Intangível	11	1.637.080	1.362.528
Total do ativo não circulante		1.668.151	1.393.352
Total do Ativo		1.720.922	1.439.611

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/22	31/12/21
Circulante			
Fornecedores		23.100	19.432
Risco Sacado	27	824	-
Empréstimos e financiamentos	14	37.140	33.912
Passivo de Arrendamento	13	6.514	1.107
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.598	3.159
Obrigações sociais e trabalhistas		3.980	3.703
Partes relacionadas	15	1.840	1.286
Obrigações com Poder Concedente	18	679	610
Provisão para manutenção	16	23.717	23.748
Outras contas a pagar	18.b)	73.592	73.481
Total do passivo circulante		174.984	160.438
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	290.809	324.059
Passivo de Arrendamento	13	16.656	-
Provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	17	80.187	48.898
Provisão para manutenção	16	61.182	58.374
Outras contas a pagar		20.554	16.379
Total do passivo não circulante		469.388	447.710
Patrimônio Líquido			
Capital social	19.a)	1.183.000	900.500
Reserva de capital - Plano de opção de ações		579	579
Prejuízos acumulados		(107.029)	(69.616)
Total do patrimônio líquido		1.076.550	831.463
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.720.922	1.439.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21
Receita Líquida	20	494.703	426.558
Custo dos serviços prestados	21	(483.534)	(437.327)
Lucro/(Prejuízo) Bruto		11.169	(10.769)
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(20.060)	(12.791)
Outras receitas (despesas), líquidas		8	168
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(8.883)	(23.392)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	22	4.757	1.946
Despesas financeiras	22	(33.332)	(32.113)
		(28.575)	(30.167)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(37.458)	(53.559)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	12.b)	45	(635)
Diferidos	12.a)	-	(288)
		45	(923)
Prejuízo Líquido do Exercício		(37.413)	(54.482)
Prejuízo por Ação (Em R$) - Básico e Diluído	23	(0,03588)	(0,07057)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 17/03/2023**
Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB
Acesse: https://verificador.iti.gov.br/ caso deseje validar a assinatura!

continuação

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da Companhia: Capital social subscrito	Reservas de capital, Plano de opção com base em ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		661.500	579	(15.134)	646.945
Aumento de capital		239.000	-	-	239.000
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(54.482)	(54.482)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		900.500	579	(69.616)	831.463
Aumento de capital	19.a)	282.500	-	-	282.500
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(37.413)	(37.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.183.000	579	(107.029)	1.076.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/22	31/12/21
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(37.413)	(54.482)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	65.705	55.716
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	888	581
Capitalização de juros	(27.452)	(16.630)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	35.969	31.659
Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	35.607	30.638
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	36.827	37.183
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	161	169
Obrigações com Poder Concedente	7.853	7.171
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(50)	(11)
Tributos diferidos	-	288
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(45)	635
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(2.280)	(792)
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.859)	(1.199)
Partes relacionadas - clientes	310	(310)
Tributos a recuperar	(520)	250
Despesas antecipadas	(1.084)	(83)
Depósitos judiciais	28	(770)
Outros créditos e adiantamento a fornecedores	(9.257)	70
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	4.492	3.555
Obrigações sociais e trabalhistas	277	253
Partes relacionadas - fornecedores	554	165
Impostos, taxas e contribuições a recolher	439	187
Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	(4.318)	(779)
Pagamentos de provisão para manutenção	(34.050)	-
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(7.784)	(7.136)
Outras contas a pagar	4.286	2.035
Imposto de renda e contribuição social pagos	45	(635)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	67.329	87.728
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.441)	(4.904)
Aquisição de intangível	(281.192)	(239.308)
Aplicações financeiras	631	(527)
Aplicações financeiras - conta reserva	1.600	443
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(282.402)	(244.296)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(40.390)	(37.708)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(33.299)	(31.521)
Aporte de capital	282.500	239.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	208.811	169.771
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.262)	13.203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.854	11.651
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.592	24.854
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.262)	13.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/22	31/12/21
Prejuízo Líquido do Exercício	(37.413)	(54.482)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(37.413)	(54.482)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/22	31/12/21
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	224.667	196.635
Com construção	284.253	242.245
Outras receitas	5.233	4.700
	514.153	443.580
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo dos serviços prestados	(392.136)	(355.977)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(13.336)	(10.005)
Outros	(72)	(58)
	(405.544)	(366.040)
Valor Adicionado Bruto	108.609	77.540
Depreciações e Amortizações	(65.705)	(55.716)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	-
Valor Adicionado Líquido produzido pela Companhia	42.904	21.824
Valor Adicionado recebido em Transferência		
Receitas financeiras	4.757	1.946
Outras receitas (despesas) líquidas	8	168
Valor Adicionado Total a Distribuir	47.669	23.938
Distribuição do Valor Adicionado	47.669	23.938
Pessoal	29.922	26.366
Remuneração direta	22.638	19.507
Benefícios	6.107	5.738
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.177	1.121
Impostos, taxas e contribuições	19.333	17.887
Federais	8.346	8.272
Municipais	10.987	9.615
Remuneração de capitais de terceiros	35.827	34.167
Juros	6.011	15.029
Aluguéis	2.495	2.054
Outros efeitos financeiros	27.321	17.084
Remuneração de capitais próprios	(37.413)	(54.482)
Prejuízo do exercício	(37.413)	(54.482)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal (Edital de licitação nº 01/11), incluindo a exploração de receitas acessórias. O Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinado em 17 de abril de 2013, possui prazo final em 09 de maio de 2038. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.a). A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, Bairro Laranjeiras, no município de Serra - ES. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. Relicitação: Em 15 de julho de 2022, a Companhia protocolou, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, que compreende a extinção amigável do Contrato de Concessão e a celebração de um Termo Aditivo com novas condições contratuais até a nova licitação do empreendimento, referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado com a ANTT, nos termos da Lei nº 13.448/2007, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019. A Companhia reitera que todos os serviços continuarão a ser prestados normalmente, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA. O requerimento apresentado pela Concessionária teve a sua viabilidade atestada pela decisão nº 361/2022 da Diretoria Colegiada da ANTT e aprovações pelo Ministério da Infraestrutura (Portaria nº 1.649/2022) e pelo Conselho do Programa de Parcerias em Investimentos do Governo Federal ("PPI") (Resolução CPPI nº 263/2022 - ad referendum). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguarda a publicação do Decreto Presidencial que autorize a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, iniciando-se o prazo de 90 dias para a sua assinatura. A adesão ao processo de relicitação somente se tornará irrevogável e irretratável após cumpridos os procedimentos previstos nos artigos 3º a 6º do Decreto nº 9.957/2019 e a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão prevista no art. 15, da lei 13.448/2017. Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19: Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Visão ESG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia: a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 22). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O Contrato de Concessão da Companhia, é de longo prazo e está sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 11 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seu contrato com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excediam os benefícios econômicos que se esperavam fossem recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos e financiamentos: Os custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no período em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes: Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. j) Prejuízo básico e diluído por ação: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. k) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. l) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos: A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de

continua

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 17/03/2023**
Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB
Acesse: https://verificador.iti.gov.br/ caso deseje validar a assinatura!

continuação

provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e •*Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos dos empréstimos: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 10,21% ao ano (para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	2.621	2.159
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	6.095	13.418
Aplicações compromissadas (b)	9.738	9.103
Aplicações automáticas (c)	138	174
	18.592	24.854

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de Aplicações financeiras era composta por 100% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 85% do CDI em 31 de dezembro de 2022, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF. (c) Além das modalidades acima, a Companhia possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

6. Aplicações Financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	313	944
	313	944

Em 31 dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva: As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento (a)	19.212	19.655
Conta Corrente - Reserva (b)	1.123	-
	20.335	19.655
Circulante	3.897	3.740
Não circulante	16.438	15.915

(a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 98,2% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99% em 31 de dezembro de 2021). (b) Saldo em Conta Corrente Reserva, referente a movimentação em 31 de dezembro de 2022. Não há remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva. As aplicações financeiras - conta reserva, e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva, por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

8. Clientes: Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	11.971	10.420
Receitas acessórias (b)	1.398	1.158
Outras contas a receber	289	160
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(1.229)	(1.007)
	12.429	10.731

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	12.405	10.709
Vencidos:		
Até 30 dias	24	17
De 31 a 90 dias	38	34
De 90 a 120 dias	19	17
Acima de 120 dias	1.172	961
	13.658	11.738

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(1.007)	(838)
Valores recuperados	-	35
Constituição de PECLD	(222)	(204)
Saldo no fim do exercício	(1.229)	(1.007)

9. Depósitos Judiciais: A natureza dos depósitos judiciais é:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Cível	83	84
Trabalhista	1.144	1.121
	1.227	1.205

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 17 Provisão para Perdas Ambientais, Cíveis e Trabalhistas.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.205	424
Adições	-	785
Baixas	(28)	(15)
Atualização monetária	50	11
Saldo no fim do exercício	1.227	1.205

10. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,7	11,8	9,8	6,3	-	0,3	-
			Custo				
Saldos em 31/12/2021	37.074	12.686	2.307	479	968	666	54.180
Adições	2.708	527	206	-	-	-	3.441
Transferências	(150)	-	-	-	-	-	(150)
Saldos em 31/12/2022	39.632	13.213	2.513	479	968	666	57.471
			Depreciação				
Saldos em 31/12/2021	(31.796)	(6.087)	(1.516)	(414)	-	(663)	(40.476)
Adições	(1.788)	(1.534)	(235)	(30)	-	(2)	(3.589)
Saldos em 31/12/2022	(33.584)	(7.621)	(1.751)	(444)	-	(665)	(44.065)
			Residual				
Em 31/12/2022	6.048	5.592	762	35	968	1	13.406
Em 31/12/2021	5.278	6.599	791	65	968	3	13.704

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,5	11,8	10,0	6,3	-	0,3	-
			Custo				
Saldos em 31/12/2020	34.285	10.749	2.129	479	968	666	49.276
Adições	2.789	1.937	178	-	-	-	4.904
Saldos em 31/12/2021	37.074	12.686	2.307	479	968	666	54.180
			Depreciação				
Saldos em 31/12/2020	(30.174)	(4.705)	(1.295)	(384)	-	(661)	(37.219)
Adições	(1.622)	(1.382)	(221)	(30)	-	(2)	(3.257)
Saldos em 31/12/2021	(31.796)	(6.087)	(1.516)	(414)	-	(663)	(40.476)
			Residual				
Em 31/12/2021	5.278	6.599	791	65	968	3	13.704
Em 31/12/2020	4.111	6.044	834	95	968	5	12.057

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil - econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil - econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. **11. Intangível:** Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

	Contrato de Concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	*Softwares* de terceiros	Direito de Uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	9,8	-	-
		Custo			
Saldos em 31/12/2021	1.274.459	264.125	4.526	17.815	1.560.925
Adições	20.067	288.367	210	29.761	338.405
Baixas	(999)	(888)	-	-	(1.887)
Transferências	139.674	(139.537)	13	-	150
Saldos em 31/12/2022	1.433.201	412.067	4.749	47.576	1.897.593
		Amortização			
Saldos em 31/12/2021	(178.665)	-	(2.979)	(16.753)	(198.397)
Adições	(53.378)	-	(457)	(8.281)	(62.116)
Saldos em 31/12/2022	(232.043)	-	(3.436)	(25.034)	(260.513)
		Residual			
Em 31/12/2022	1.201.158	412.067	1.313	22.542	1.637.080
Em 31/12/2021	1.095.794	264.125	1.547	1.062	1.362.528

	Contrato de Concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	*Softwares* de terceiros	Direito de Uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	9,4	-	-
		Custo			
Saldos em 31/12/2020	1.061.495	222.927	3.331	17.013	1.304.766
Adições	109.065	145.640	1.233	802	256.740
Baixas	(74)	(469)	(38)	-	(581)
Transferências	103.973	(103.973)	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	1.274.459	264.125	4.526	17.815	1.560.925
		Amortização			
Saldos em 31/12/2020	(132.726)	-	(2.610)	(10.602)	(145.938)
Adições	(45.939)	-	(369)	(6.151)	(52.459)
Saldos em 31/12/2021	(178.665)	-	(2.979)	(16.753)	(198.397)
		Residual			
Em 31/12/2021	1.095.794	264.125	1.547	1.062	1.362.528
Em 31/12/2020	928.769	222.927	721	6.411	1.158.828

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como intervenção e levantamento e reabilitação de pavimento e sinalização, duplicações, elementos de proteção e segurança. (ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 3,75% a.a. (3,77% a.a. em 31 de dezembro de 2021). (iii) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como obras na duplicação, pavimentações, desapropriações, sinalizações, consultoria de apoio de ampliação às obras, terraplenos e estruturas de contenção e gestão de meio ambiente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram capitalizados R$27.452 referentes a encargos financeiros (R$16.630 em 31 de dezembro de 2021) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weigthed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,45% a.a. (14,07% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(37.458)	(53.559)
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	12.735	18.210
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(81)	(115)
Despesas indedutíveis	(5)	(601)
Incentivos fiscais (PAT)	(21)	69
Créditos tributários não constituídos (*)	(12.384)	(18.614)
Outros (*)	(199)	128
Despesa de imposto de renda e contribuição social	45	(923)
Imposto de renda e contribuição social correntes	45	(635)
Impostos diferidos	-	(288)
Taxa efetiva	0,1%	n.a.

(*) Créditos tributários não constituídos em função de não haver expectativa de realização futura.

b) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	-	-
Despesa IR/CS DRE	(45)	635
Total de IR/CS pagos	45	(635)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	-	-

13. Passivo de Arrendamento: As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	23.170	1.107
Circulante	6.514	1.107
Não circulante	16.656	-

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.107	6.715
Adições	29.761	802
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	919	433
Pagamento principal	(7.698)	(6.410)
Pagamento de juros	(919)	(433)
Saldo no fim do exercício	23.170	1.107

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2022	31/12/2021
Em moeda nacional:				
Finem - BNDES	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	131.702	146.095
Finem - BNDES	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	196.247	211.876
			327.949	357.971
Circulante			37.140	33.912
Não circulante			290.809	324.059

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	36.557
2024	39.760	40.230
2025	42.962	43.177
2026	47.517	47.428
2027	52.275	51.826
Posteriores a 2027	108.295	104.841
	290.809	324.059

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	357.971	389.131
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	35.050	31.226
Pagamento principal	(32.692)	(31.298)
Pagamento de juros	(32.380)	(31.088)
Saldo no fim do exercício	327.949	357.971
Circulante	37.140	33.912
Não Circulante	290.809	324.059

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Cessão de direitos creditórios até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os índices financeiros ("*covenants*") dos referidos contratos. A Companhia não está realizando nenhuma distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, em virtude de prejuízos acumulados de períodos anteriores.

Índices financeiros	Exigido	Medido
(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	1,33
(ii) Patrimônio líquido/ativo total	≥ 20%	62,6%

A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas do referido contrato.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue. Ambos os subcréditos são subdividos em 150 parcelas:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização
A	188.473	188.473	68.595
B1	66.237	66.237	17.034
B2	52.483	52.483	12.851
B3	117.799	117.799	27.743
B4	28.388	-	-
B5	22.493	-	-
B6	50.485	-	-
C1	54.165	-	-
C2	28.231	-	-
C3	99.159	-	-
C4	50.671	-	-
C5	26.409	-	-
C6	92.762	-	-
C-SOCIAL	4.389	-	-
Total	882.144	424.992	126.223

15. Partes Relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*). Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

continua

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 17/03/2023**
Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB
Acesse: https://verificador.iti.gov.br/ caso deseje validar a assinatura!

continuação

Companhia	Natureza	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Resultado Custo	Resultado Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	8.860	1.616	3.332	4.156
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	-	-	224	-	-
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Eng. Ltda (b)	Outras partes relacionadas	-	2.862	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	502	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021		-	12.224	1.840	3.332	4.156
Total em 31 de dezembro de 2020		310	8.657	1.286	3.078	3.839

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve a renovação do contrato com a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., que presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual do contrato com a ECS é de R$15.966, com vigência até 31 de dezembro de 2022. (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e a TB Transportadora de Betumes Ltda, prestou serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico no período entre junho e outubro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo em aberto a pagar. (c) O saldo refere-se a repasse de despesas entre unidades. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente. No findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R$1.668 (R$1.504 em 31 de dezembro de 2021). A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável)	1.178	1.024
Remun. com base em ações *(Phantom Stock Option/Restricted Stock)*	(6)	(60)
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	105	96
Previdência privada	55	48
FGTS	57	46
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (*Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS*)	199	157
	1.591	1.314

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 10,21% ao ano (10,50% para o exercício findo em 31 de dezembro 2021), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	102.517	37.417	-	-	139.934
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 21)	(34.299)	(9.153)	-	-	(43.452)
Realização da manutenção	-	-	(34.050)	-	(34.050)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	13.904	-	-	8.563	22.467
	82.122	28.264	(34.050)	8.563	84.899
Circulante	23.748				23.717
Não circulante	58.374				61.182

	31/12/2020	Adição (custo)	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	61.285	41.232	-	102.517
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 21)	(25.271)	(9.028)	-	(34.299)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	8.925	-	4.979	13.904
	44.939	32.204	4.979	82.122
Circulante	-			23.748
Não circulante	44.939			58.374

17. Provisão para Perdas Ambientais, Cíveis e Trabalhistas: Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3	47.101	1.794	48.898
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2)	18.589	1.681	20.268
(-) Pagamentos	-	(2.034)	(2.284)	(4.318)
(+) Atualização monetária	(1)	15.777	(437)	15.339
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	79.433	754	80.187
	Ambientais (a)	**Cíveis (b)**	**Trabalhistas (c)**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	17.246	1.793	19.039
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	5	18.809	281	19.095
(-) Pagamentos	(3)	(388)	(388)	(779)
(+) Atualização monetária	1	11.434	108	11.543
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3	47.101	1.794	48.898

a) Processos ambientais: Em 31 de dezembro de 2022, existem alguns processos de natureza ambiental que totalizam R$208 (R$184 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R$495.533 em 31 de dezembro de 2022 (R$250.056 em 31 de dezembro de 2021), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. As principais adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se a ações anulatórias contra o Poder Concedente (ANTT), em que se discute a exigibilidade das autuações lavradas pelo mesmo. c) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2022, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R$6.854 (R$8.986 em 31 de dezembro de 2021), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. d) Processos tributários: Em 31 de dezembro de 2022, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R$319 (R$283 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

18. Obrigações com Poder Concedente

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização	679	610
	679	610
Circulante	679	610

O valor anual a título de verba de fiscalização consiste num montante de R$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5° dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da parcela reajustada é de R$679 (R$610 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	610	575
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	7.853	7.171
Pagamento do principal	(7.784)	(7.136)
Saldo no final do exercício	679	610

a) Informações sobre o Contrato de Concessão: Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 17 de abril de 2013 (início do prazo da concessão em 10 de maio de 2013, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Objeto da Concessão: A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 18 de maio de cada ano. Prazo de vigência: 09 de maio de 2038. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 25 (vinte e cinco anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrente de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 27 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R$284.253, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	Previsão até o fim da concessão 31/12/2022	31/12/2021
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	1.234.994	1.360.981
Conservação especial (manutenção)	510.659	589.956
Equipamentos	436.697	414.934
Total	2.182.350	2.365.871

Seguros Contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Início Vigência	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações .	18/05/2022	31/12/2023	Fator	129.955
				129.955

b) Operação *Infinita Highway:* Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra - ES, no âmbito da "Operação *Infinita Highway*". De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia. A controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram passivo da melhor avaliação para a realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários ("Fator D"), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R$72.614, conforme Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras de 2020.As investigações realizadas no âmbito da Operação *Infinita Highway* resultaram em 3 (três) desdobramentos para a Companhia. Em 25 de junho de 2022, a Companhia tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R$10.000. Em 28 de julho de 2022, a Companhia apresentou defesa na mencionada ação judicial - alegando, em síntese, que a Eco101 não causou lesão aos usuários, tendo, inclusive, realizado investimentos superiores ao que era exigidos no período citado - e ora se aguarda o prosseguimento do processo. Em 25 de julho de 2022, a Companhia tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a Companhia apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Em 12 de julho de 2022, a ANTT também apresentou manifestação. Em síntese, afirmou não conhecer qualquer irregularidade e que, durante a execução contratual, aplicou as medidas cabíveis para coibir qualquer descumprimento ao contrato de concessão. Aguarda-se o prosseguimento do procedimento: Em 06 de setembro de 2022, a Companhia tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia e, atualmente, aguarda-se o andamento do processo. Em razão desses desdobramentos no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU e da ANTT, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Controladora e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação *Infinita Highway*, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídico anteriores. A Controladora entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nas respectivas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

19. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$1.183.000 e em 31 de dezembro de 2021 era de R$900.500, representados por 1.183.000.100 e 900.500.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Os aumentos de capital realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Data	Valor Nominal	Quantidade de ações	Valor total
28/01/2022	R$ 1,00 (um real)	25.000.000	25.000
15/03/2022	R$ 1,00 (um real)	22.000.000	22.000
08/04/2022	R$ 1,00 (um real)	25.000.000	25.000
03/05/2022	R$ 1,00 (um real)	38.000.000	38.000
06/06/2022	R$ 1,00 (um real)	28.000.000	28.000
05/07/2022	R$ 1,00 (um real)	26.000.000	26.000
05/08/2022	R$ 1,00 (um real)	26.000.000	26.000
06/09/2022	R$ 1,00 (um real)	28.500.000	28.500
07/10/2022	R$ 1,00 (um real)	35.000.000	35.000
21/11/2022	R$ 1,00 (um real)	10.000.000	10.000
20/12/2022	R$ 1,00 (um real)	19.000.000	19.000
		282.500.000	282.500

b) Dividendos propostos: Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados nos referidos exercícios.

20. Receita Líquida: Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	53.603	60.402
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	148.217	118.676
Vale-pedágio	22.652	17.282
Outras	195	275
	224.667	196.635
Receita de construção (b)	284.253	242.245
Receitas acessórias (c)	5.233	4.700
Receita bruta	514.153	443.580
Deduções da receita bruta	(19.450)	(17.022)
Receita líquida	494.703	426.558
	31/12/2022	**31/12/2021**
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	224.667	196.635
Receitas acessórias	5.233	4.700
	229.900	201.335
Deduções		
Cofins (3%)	(6.897)	(6.040)
PIS (0,65%)	(1.494)	(1.309)
ISS (3% a 5%)	(10.987)	(9.615)
Abatimentos	(72)	(58)
	(19.450)	(17.022)

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

21. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	29.922	26.366
Conservação e manutenção	21.407	19.398
Serviços de terceiros (*)	32.513	31.415
Seguros	1.978	1.521
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	7.853	7.171
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 16)	28.264	32.204
Custos de construção de obras	284.253	242.245
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 10 e nº 11)	65.705	55.716
Locação de imóveis e máquinas	2.495	2.054
Outros custos e despesas operacionais	29.204	32.028
	503.594	450.118
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	483.534	437.327
Despesas gerais e administrativas	20.060	12.791
	503.594	450.118

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

22. Resultado Financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	4.668	1.676
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	50	11
Outras receitas financeiras	39	259
	4.757	1.946
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(32.544)	(31.226)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos	(2.506)	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(8.563)	(4.979)
Juros capitalizados	27.452	16.630
Juros sobre arrendamentos	(919)	(433)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(15.339)	(11.543)
Pis/Cofins s/ outras receitas financeiras	(221)	(90)
Outras despesas financeiras	(692)	(472)
	(33.332)	(32.113)
Resultado financeiro, líquido	(28.575)	(30.167)

23. Prejuízo por Ação: a) Prejuízo básico por ação: O prejuízo básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	(37.413)	(54.482)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	1.042.826	772.034
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	(0,04)	(0,07)

b) Prejuízo diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros: Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento:

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	351.798	359.688
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	(38.927)	(44.509)
Dívida líquida	312.871	315.179
Patrimônio líquido (b)	1.076.550	831.463
Índice de endividamento líquido	0,29	0,38

(a) A dívida é definida como passivo de arrendamento, empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14, e 18. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 95,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (97,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021). • Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, passivo de arrendamentos e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	2.621	2.621
Clientes (ii)	12.429	12.429
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (i)	36.619	36.619
Passivos:		
Fornecedores (ii)	23.924	23.924
Risco sacado (ii)	824	824
Empréstimos e financiamentos (iii)	327.949	319.845
Passivo de arrendamento (iii)	23.170	23.170
Obrigações com Poder Concedente (iii)	679	679
Phantom Stock Option (iv)		
Classificação - Valor justo através do resultado		
Phantom Stock Option (iv)	61	61

(i) Os saldos de caixa, bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva aproximam-se do valor justo na data do balanço. (ii) Os saldos de clientes, fornecedores e risco sacado possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os empréstimos, financiamentos, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	*Capex*, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo

continua

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 17/03/2023**
Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB
Acesse: https://verificador.iti.gov.br/ caso deseje validar a assinatura!

continuação

instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco *"rating"* AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R$7.256 (R$7.019 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
BNDES	65.484	65.484	65.484	251.490
Passivo de arrendamento	6.514	6.168	5.972	4.516
	71.998	71.652	71.456	256.006

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$122.213 (ativo circulante de R$52.771 e passivo circulante de R$174.984), principalmente decorrente de empréstimos e financiamentos, provisão para manutenção e outras contas a pagar de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento. Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do TJLP, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras contratados pela Companhia:

				Juros a incorrer
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	1.478	1.848	2.218
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do TJLP	(29.408)	(36.760)	(44.112)
Juros a incorrer, líquidos		(27.930)	(34.912)	(41.894)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%
TJLP (b)	6,91%	8,64%	10,37%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA - Dezembro/2022

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

25. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso - CPC 06 (R2)	29.761	802

26. Informação por Segmento De Negócio: A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

27. Risco Sacado: A Companhia mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Risco Sacado" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2022, o valor é de R$824 (não havia valores alocados nessa rubrica em 31 de dezembro de 2021).

28. Eventos Subsequentes: Aumento de Capital: Em 16 de janeiro de 2023 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$16.000 (dezesseis milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 16.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 15 de fevereiro de 2023 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$18.000 (dezoito milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 18.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Decisão Supremo Tribunal Federal (STF): Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Administração da Companhia, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia.

Conselho de Administração

Membros Efetivos:
MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)
ALBERTO LUIZ LODI
RUI JUAREZ KLEIN
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES

Diretoria

Diretor Presidente - **ALBERTO LUIZ LODI**

Diretor Superintendente e de Relações com Investidores - **ROBERTO AMORIM**

Contador: **HUGO RAFAEL MITZ**
CRC 1PR050369/O-4 'T' ES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 20)	
A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)	
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R$ 1.613.225 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.
Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 18(b))	
Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia finalizou as análises internas e apurou os efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente. Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos e os valores devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R$ 72.614 mil em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito. Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto.	Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema. Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial. Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração. Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 17/03/2023**
Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB
Acesse: https://verificador.iti.gov.br/ caso deseje validar a assinatura!

6 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de Assinaturas gerado em: 17 de março de 2023, 00:01:59

91 BALANCO ECO101 - 1.pdf

Código do documento: 91

Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Registro de Eventos:

17 mar. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 91
Criado por: Mariana Melim. **E-mail:** artemariana@redetribuna.com.br
DATE_ATOM: 2023-03-16T21:01:00-0300

17 mar. 2023, 00:01:32 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.
DATE_ATOM: 2023-03-16T21:01:32-0300

17 mar. 2023, 00:01:43 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

E-Mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR
Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB
DATE_ATOM: 2023-03-16T21:01:43-0300

Hash do documento original

[SHA256]:c7c22c8365d8a745697770956d828949fba0a0ba9cd87f8f35e2b679598575b2
[SHA512]:cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB